



A LÓGICA DA CORRUPÇÃO

Um olhar psicanalítico¹

MARION MINERBO

RESUMO

Desvelada a lógica da corrupção, certos fenômenos que não pareciam fazer parte do campo da corrupção mostram sê-lo, enquanto outros só o são para o senso comum. O que se corrompe não é o indivíduo, que só pode ser subornado, mas o sistema simbólico que ele representa, tendo como consequência o esvaziamento semântico e a fratura do símbolo. O processo de corrupção tem início quando o representante da instituição sustenta simultaneamente duas lógicas excludentes, referidas à esfera pública e privada. A integridade moral é a recusa em sustentar essa contradição, obrigando o sujeito a uma renúncia, quer da sua posição pública, quer de seus interesses pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: *Corrupção; psicanálise; fratura do símbolo; integridade moral.*

SUMMARY

Once one does unveil the logic of corruption, phenomena that did not seem to be part of this field turn out to be, while others, which we initially considered as part of this field, are not, or are so only to the common sense. The author concludes that what is corrupted is not the individual, whom can only be bribed, but the symbolic system that he represents, and the consequence is semantic emptiness and symbolic fracture. The process of corruption begins when the person who represents the institution embodies at the same time two logics, one referring to public affairs, and the other to personal ones. Moral integrity, on the other hand, can be defined as the refusal to hold this contradiction. The subject has to renounce, either to one or the other.

KEYWORDS: *Corruption; psychoanalysis; symbolic fracture; moral integrity.*

[1] Este texto se beneficiou da leitura crítica e das sugestões de Liana Pinto Chaves, Luis Cláudio Figueiredo e Luiz Meyer.

O que é um olhar psicanalítico? A psicanálise opera desconstruindo realidades, psíquicas ou sociais, recriando-as diversas, ampliando possibilidades. Não há julgamento ou valoração. Mas há subversão dos usos rotineiros de um termo, de um conceito, de uma idéia até então consensual, naturalizada como ideologia. O primeiro e melhor exemplo da subversão de uma categoria operada pela psicanálise continua sendo a desconstrução da sexualidade. Para o senso comum, sexualidade é sinônimo de genitalidade. Mas Freud mostrou o que há de sexual no ato de chupar o dedo, no sintoma, no sonho e nas atividades sublimatórias. Por fim, mostrou que a sexualidade infantil, em seu polimorfismo e em sua pulsionalidade, está na própria raiz do psiquismo.

A abordagem psicanalítica da corrupção se afasta de uma atitude valorativa na medida em que se propõe a *desvelar a lógica* que confere à corrupção sua especificidade. Em outras palavras, o que faz com que a corrupção seja corrupção, e não algo próximo, como a perversão. Uma psicanálise da corrupção deveria ser capaz de responder às seguintes questões: *a corrupção corrompe o quê?, segundo que lógica?, e com que consequências?* Uma vez efetuado esse resgate, certos modos de ser que não pareciam fazer parte do campo da corrupção mostram fazer parte dele — a desconstrução operada sobre a sexualidade mostrou que o ato de chupar o dedo é uma atividade auto-erótica. Já outros modos de ser que inicialmente são considerados corrupção o são apenas para o senso comum. Ainda no exemplo da sexualidade, o sexo compulsivo é erótico apenas para o senso comum: sabemos que ele é usado como uma droga para tamponar angústias arcaicas, e não por seu valor erótico. Ele é determinado por outra lógica (inconsciente), o prazer é apenas um meio para um fim medicamentoso — não faz parte do campo da sexualidade no sentido ampliado por Freud.

Um estudo psicanalítico sobre a corrupção requer, ainda, que a psicanálise do divã não seja confundida com a psicanálise dos fenômenos cotidianos. Neste texto, não estamos interessados na pessoa que corrompe ou se deixa corromper, nem mesmo o que está sendo corrompido no indivíduo. Nosso foco é a corrupção como *fenômeno social*, que não é uma somatória de manifestações individuais, mas tem sua lógica própria, *inconsciente*, que cabe à psicanálise deslindar.

A CAMINHO DA CORRUPÇÃO

Consultando no *Aurélio* o verbete “corrupção”, encontramos como sinônimos: putrefação, depravação, adulteração, perda da pureza ou integridade; perversão ou deterioração de princípios morais. Quanto aos usos do termo, pode-se corromper um juiz e corromper a juventude. Nossa investigação começa com os usos do termo: trata-se do mesmo processo aplicado a pessoas diferentes, o jovem e o juiz? Ou seriam processos diferentes, determinados por lógicas diversas? Talvez haja uma diferença significativa entre corromper um indivíduo e corromper um representante de uma instituição. Embora a primeira seja lamentável, intuímos que a segunda tem graves repercussões, pela importância social das instituições, e da Justiça em particular.

Para investigar a chamada corrupção da juventude, recorro a um fragmento de *A filosofia na alcova*, que ilustra bem o processo:

SAINT-ANGE: *Trata-se da educação de uma garota que conheci no convento [...]. Dolmancé (outro libertino) e eu incutiremos em sua linda cabecinha todos os princípios da libertinagem mais desenfreada.*

CAVALEIRO: *Ah, sacana, que prazer terás educando esta criança! Como será delicioso corrompê-la, abafar num coração juvenil as sementes da virtude e de religião que suas preceptoras lhe incutiram!*

(Mais adiante) EUGÊNIA: *Mas a virtude não se opõe a tal conduta?*

DOLMANCÉ: *Ah, renuncia às virtudes, Eugênia! Haverá algum sacrifício feito a estas falsas divindades que valham um só minuto dos prazeres que sentimos ultrajando-as?*

[2] Sade, M. de. *A filosofia na alcova*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 37.

A educação na alcova é um sucesso. Eugênia passa a acreditar tão sinceramente no Diabo quanto antes acreditava em Deus. Agora a virtude é um mal a ser combatido e ser prostituta é uma honra. Tudo indica que estamos diante de um caso exemplar de corrupção da juventude. Castidade, pureza e virtudes — aqui, sinônimos de integridade moral — foram transformadas em seu exato oposto: devassidão, maldade e libertinagem. É exatamente o que o *senso comum* — que qualifica, descreve e se detém nas aparências — entende por corrupção dos valores morais.

Mas o psicanalista, que não tem um olhar valorativo sobre a castidade, percebe que o senso comum aproximou pureza sexual de pureza moral por um efeito de palavra, sem reconhecer o que há de ideológico nessa aproximação. A verdadeira *integridade moral* — que se opõe à corrupção no sentido forte do termo — não é ideológica. Veremos, adiante, em que consiste essa integridade.

A inversão de valores produzida pela educação na alcova (“Oh, como acolho o mal em meu coração!”, diz Eugênia, recém-convertida) lembra a “saída do Édipo pela tangente”, característica da perversão. O perverso não passou pelo doloroso trabalho psíquico de temer a castração e renunciar à mãe, identificando-se com o pai (entendido como suporte do simbólico). O curto-circuito do Édipo faz com que transgressão, castigo e renúncia não signifiquem rigorosamente nada para essa forma de subjetividade. Ao contrário do neurótico, ele não reconhece a Lei. Do seu ponto de vista, a transgressão é um valor. É importante notar que, embora invertida, há uma moral particular, e o perverso está inteiramente comprometido com ela (novamente: “Oh, como acolho o mal em meu coração!”). Nesse sentido, ele age de boa fé: tanto acredita no que diz como se conduz de acordo com suas convicções. O perverso é incorruptível: jamais aceitaria suborno para abandonar sua fé. Essa breve análise é suficiente para mostrar que a corrupção de um jovem só o é no sentido fraco do termo; é um mero adjetivo que nos remete à lógica da perversão.

A LÓGICA DA CORRUPÇÃO

O que seria então a corrupção no sentido forte do termo? Passando de Sade a Diderot, vejamos o que nos ensina *A religiosa*.

Suzanne Simonin é uma moça cheia de qualidades, porém filha bastarda da sra. Simonin e prova viva do pecado materno. Sua existência é altamente inconveniente, de modo que a família gostaria que ela desaparecesse para sempre num convento qualquer. Embora temente a Deus, não sente a menor inclinação para vida no claustro. Ao contrário, é por temer a Deus e amar a verdade acima de tudo, que recusa a hipocrisia de entrar para o convento. Certa madre superiora recebe um dinheiro para “convencer” — ou, em último caso, obrigar — Suzanne a entrar para a vida monástica. A jovem acaba cedendo, mas se arrepende pouco depois. Agindo de boa fé, em acordo com sua consciência, decide pedir a anulação dos votos, o que contraria os interesses do convento. A moça é “torturada” (submetida a jejuns prolongados, claustros intermináveis, banhos de água fria, tudo para exorcizar o “demônio”) para que desista de seu projeto. Como sobrevive, Suzanne acaba sendo transferida para um segundo convento. Ali a superiora se apaixona por ela e deseja torná-la sua amante. O diálogo que nos interessa é o seguinte:

SUPERIORA: *E eu não sou sua madre querida?*

SUSANNE: *É, mas isto que a senhora me pede é proibido.*

SUPERIORA: *Querida amiga, sou eu que o proíbo às outras, e que o permito e o peço a ti?*

[3] Diderot, D. *A religiosa*. São Paulo: Circulo do Livro, 1973.

Suzanne resiste e se mantém fiel a si mesma, mesmo quando percebe que a madre superiora enlouqueceu e está morrendo de amor. Isso é integridade moral.

No primeiro convento temos a ação de um *lobby* (grupo de pessoas que faz pressão para obter privilégios ou defender seus interesses): a madre superiora convoca as demais freiras para impedir que Suzanne obtenha a anulação dos votos, o que abriria um perigoso precedente em prejuízo do convento. Para demovê-la, “torturam” a pobre moça. Elas agem legalmente (jejuns, claustro etc.), porém contrariando o espírito da lei e, principalmente, sustentando uma verdade parcial ou mesmo uma mentira (Suzanne estaria possuída pelo demônio). Há dois códigos superpostos: o religioso e o dos interesses (econômicos?) do convento. O *lobby* ainda não é a corrupção no sentido forte, pois faz, *abertamente*, parte do jogo.

É apenas no segundo convento, onde a superiora apaixonada diz “sou eu que o proíbo às outras, e que o permito e peço a ti”, é que encontramos realmente a lógica da corrupção. Diferentemente da perversão, aqui existe sim uma lei: a homossexualidade é proibida no convento. Na primeira parte da fala, ela se reconhece ocupando o lugar de suporte dela: “sou eu que o proíbo às outras”. Defende a moral religiosa. Mas na segunda, “sou eu que o permito e peço a ti”, defende a moral da paixão. O discurso cínico reconhece a lei como tal, porém sustenta um descompromisso com ela. Como veremos, ele acaba por instituir a imoralidade.

A mãe, em benefício próprio, viola a lei que deveria encarnar, contando com a impunidade que a função pública lhe garante. O problema surge, portanto, quando ela sustenta ao mesmo tempo duas lógicas incompatíveis: a religiosa, que rege sua vida pública, e a amorosa, que rege a vida privada. Como consequência, temos a corrupção de ambas: do ponto de vista religioso, a homossexualidade não é compatível com a moral do “casamento com Cristo”, que sustenta essa instituição; e do ponto de vista da paixão, a moral da entrega amorosa não é compatível com a coação. Instala-se a imoralidade, pois a superiora afronta simultaneamente a moral pública e a privada.

Eis nossa primeira conclusão: *o que se corrompe, quando a superiora sustenta, simultaneamente, duas lógicas contraditórias (a pública e a privada), são os dois sistemas simbólicos envolvidos. A moral de ambos é corrompida, e em seu lugar institui-se a imoralidade.*

E a segunda: *Inversamente, a integridade moral pode ser definida como a recusa, por parte do sujeito, em sustentar simultaneamente duas lógicas contraditórias. O sujeito íntegro é aquele que se vê confrontado com a exigência de uma renúncia: no caso da mãe, ou ela renuncia à sua posição pública para poder amar Susanne, ou renuncia ao amor para continuar representando os valores da instituição. A integridade moral faz parte da lógica da tragédia.*

A mesma lógica pode ser encontrada em Sade, quando ele nos conta que Eugênia parte para seu destino com a anuência do pai e a convivência da mãe. O pai fechou os olhos depois de ter sido subornado por Saint-Ange, que se entregou a ele. A mãe tentou se opor, mas se calou com medo do pai. Foi conivente. Subornar os fortes e atemorizar os fracos é o primeiro passo para institucionalizar a corrupção.

O pai de Eugênia, tal como a superiora de Diderot, sustenta ao mesmo tempo sua posição de pai e seu interesse pessoal em usufruir dos favores da libertina. A mãe age da mesma maneira: prefere salvar a pele a salvar a filha. Corrompeu-se o sistema familiar. Sade é cruel, mas conseqüente: Eugênia acaba matando sua mãe. O mais interessante é que não se trata de um matricídio *à la* Édipo, pois não há propriamente conflitos — ódio, ciúme, inveja, rivalidade, vingança — relacionados aos lugares simbólicos que as duas ocupam na estrutura familiar. Eugênia a mata simplesmente porque a velha se tornou um estorvo. E antes de matá-la, pergunta: “Que laços me prendem à mulher que me pariu?”. Ela tem razão. A mulher já não é sua mãe: é apenas um corpo que a pariu. A corrupção da função paterna e materna, ao fim e ao cabo, leva à sua morte. Não necessariamente a uma morte concreta, embora esse tipo de crime venha acontecendo cada vez mais no mundo contemporâneo; mas certamente a uma morte simbólica.

A idéia de morte simbólica é importante. Os lugares, as funções, as representações e os afetos que cercam os significantes “pai”, “mãe” e “filha” (amor, respeito, ódio, culpa, gratidão, cuidados etc.) devem-se

à lógica simbólica que faz, de um grupo de pessoas, uma família. Fora dessa lógica, tais palavras são sons ociosos e vazios de significação afetiva e efetiva. Os pais de Eugênia podem tratá-la bem ou serem cruéis. Essa pode ser uma boa filha ou mesmo matar os pais. Pode até haver morte concreta, mas não há morte simbólica, porque em todos estes casos os lugares simbólicos são *reconhecidos* como tais, por todos os membros da família.

Entretanto, a corrupção do sistema faz com que ele deixe de existir. Eugênia deixa de ter pais, não no sentido biológico, evidentemente, mas no sentido simbólico, isto é, no nível da linguagem. *Uma mulher colocou no mundo*, eis a que ficou reduzido o significante “mãe”, completamente esvaziado de carga afetiva. Talvez seja o caso da jovem paulistana Susana Richthofen, que planejou, com a cumplicidade do namorado, o assassinato de seus pais. Dessa perspectiva não se pode falar em matricídio, que implica matar a mãe na condição de mãe. Esse assassinato é um “simples” homicídio, isto é, elimina-se uma pessoa que tem a particularidade de tê-la posto no mundo.

FRATURA E RECONSTRUÇÃO DO LAÇO SIMBÓLICO

Qualquer sistema simbólico, por ser uma virtualidade, necessita de suportes concretos e ocasiões concretas para existir. A cada vez que um juiz julga de acordo com os códigos da Justiça (mesmo que sua sentença seja injusta), e que sua sentença é acatada e cumprida, a idéia de Justiça tem continuidade. Em outras palavras, quanto mais as práticas cotidianas confirmam os códigos, mais o conceito de justiça se fortalece e se reproduz, consolidando o lastro necessário para continuar constituindo aspectos essenciais de nossa subjetividade. Continuamos acreditando na Justiça e nos comportando de acordo com essa crença. A instituição continua viva.

Ao contrário, quando o representante emblemático de uma instituição (juiz, madre superiora, pais, educadores, médicos) sustenta, simultaneamente, uma lógica pública e outra ligada a interesses pessoais, as duas se corrompem. Como consequência, o vínculo até então naturalizado entre o significante “juiz” e o significado “justiça” vai se enfraquecendo, até que, no limite, se dissolve e se desnaturaliza. Há uma *fratura do símbolo*. O juiz deixa de simbolizar Justiça. A instituição se enfraquece ou morre.

Segue-se um efeito em dominó, em que todas as palavras perdem o lastro que a instituição viva e o símbolo forte garantiam. Há um *esvaziamento semântico*. As palavras que eram determinadas por aquele sistema se esvaziam de significação. A toga e a beca, por exemplo, tornam-se engraçadas, fantasia de carnaval, em lugar de inspirar um temor respeitoso. As palavras: “réu”, “culpa”, “transgressão”, “punição”,

“lei”, “justiça”, ainda existem, mas já não significam. Não são mais *significações operantes* (a expressão é de Castoriadis) — uma significação é operante quando tem o poder de produzir subjetividade. As subjetividades aí constituídas — o modo de ser, pensar, agir e sentir das pessoas — já não serão determinadas pelas significações ligadas a esse sistema simbólico. Quando um juiz aceita suborno, coloca em andamento um processo que culmina na *corrupção do sistema* que ele representava.

O mais grave, porém, ainda está por vir. *O laço simbólico fraturado tende a se refazer, ligando o mesmo significante a um novo significado. Por exemplo, o significante “Justiça” pode agora ligar-se ao significado “terminar em pizza”. A consequência desse novo laço é que a sensibilidade das pessoas com relação ao tema se altera. Em outras palavras, a subjetividade constituída por esse e nesse novo laço passa a achar normal a impunidade. Institui-se outra moralidade, isto é, uma nova sensibilidade diante dos mesmos fatos.*

A LÓGICA DA CORRUPÇÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

No início do texto propusemos algumas questões: a corrupção corrompe o quê?, segundo que lógica?, e com que consequências?. Concluimos que *a lógica da corrupção é aquela que faz com que um representante de uma instituição sustente simultaneamente duas lógicas contraditórias, a pública e a privada, resultando na corrupção de ambas as morais e na instituição da imoralidade*. Dissemos também que, ao olhar psicanalítico, certos modos de ser que não pareciam fazer parte do campo da corrupção mostram fazer parte dele, enquanto outros fazem parte apenas para o senso comum (como a “corrupção” do jovem). Ficou faltando mostrar um caso que não parece fazer parte desse campo — pois não apresenta os elementos mais explícitos do que normalmente se conhece como corrupção —, mas que, por ser determinado pela mesma lógica, apresenta os mesmos efeitos: fratura do símbolo, esvaziamento semântico e alteração da sensibilidade.

Tivemos a oportunidade de fazer um trabalho de observação dentro de salas de aula de uma escola pública. Os professores se queixavam de indisciplina. Verificamos que, para boa parte dos alunos, palavras como “aprender”, “estudar”, “profissão”, “futuro”, “sala de aula”, não significavam rigorosamente nada. Não é de admirar que os alunos nem sequer consigam ficar sentados durante as aulas, quanto mais prestar atenção e estudar. Para o senso comum, trata-se de indisciplina, mas a lógica que determina esse comportamento é a do esvaziamento semântico e a consequente alteração na sensibilidade.

Como tudo isso começou? Segundo os professores, foi quando as “autoridades” aboliram arbitrariamente, por decreto, a “repetência”. Alegou-se que todos os alunos devem “passar de ano” para evitar a evasão escolar. Mas os professores se sentiram — e foram — desau-

torizados por esse decreto, tanto quanto um juiz cuja sentença fosse, subitamente, anulada por decreto. O professor deixou de ocupar o lugar que lhe cabia no sistema educativo, qual seja, o de avaliar se o aluno aprendeu e se está — ou não — em condições de passar de ano. Ele foi obrigado a sustentar outra lógica contraditória com essa, que é a da não-evasão-escolar. Não se trata, propriamente, de uma lógica privada, em benefício próprio, como no caso do juiz, da mãe superiora e dos pais de Eugênia. Mas, ainda assim, trata-se de uma lógica em benefício “próprio” das autoridades. Estas sabem que deveriam encontrar uma solução real para o problema da evasão escolar, em lugar da pseudo-solução via decreto que desautoriza o educador.

Enfim, quando o professor é obrigado a sustentar duas lógicas contraditórias (a de educador e a de cúmplice involuntário das autoridades que se furtam às suas responsabilidades), o sistema educacional se corrompe. A fragilidade do símbolo tem efeitos visíveis na sala de aula: o professor não representa mais uma autoridade educadora digna de respeito, e, reciprocamente, o lugar simbólico do aluno se esvazia de sentido — ele literalmente não sabe para que está lá, nem para que estudar aquelas matérias. Como dissemos no início, houve um esvaziamento semântico. Palavras como “ensinar”, “aprender”, “futuro”, “respeito”, “responsabilidade”, não significam nada para esses jovens.

O laço simbólico, contudo, se refez, dando origem a uma nova sensibilidade. Os alunos não se evadiram da escola, mas passaram a ter ali a experiência de um local de encontro multiuso. Enquanto o professor tentava explicar a matéria, vimos na sala de aula jovens escutando *walkman* com fones de ouvido; outros, jogando bola entre as carteiras; um grupinho fofocando sobre o fim de semana; um casal namorando; um ou dois, dormindo; alguns prestando atenção e participando da aula. E, por incrível que pareça, até sexo acontece durante a aula: um professor nos contou que viu uma aluna masturbando um aluno no “fundão” de sua sala. Esse modo de usar a sala de aula só é possível graças à nova sensibilidade de que estamos falando, tão diferente daquela que acompanhava o sistema escolar como nós o conhecemos até os anos 1980. Diante disso, só resta aos professores fingir que ensinam, enquanto os alunos fingem que aprendem.

A FRAGILIDADE DO SÍMBOLO E A PÓS-MODERNIDADE

A lógica da fragilidade do símbolo determina uma série de fenômenos que parecem caracterizar o que se tem chamado de pós-modernidade.

Há um tipo de *violência lúdica* adolescente, antecipada pelo filme *Laranja mecânica*, em 1971, que tenho estudado com o nome de *reality game*, híbrido de *reality show* e videogame⁴. No filme, Alex e sua gangue

[4] Minerbo, M. “*Reality game*: violência contemporânea e desnaturação da linguagem”. *IDE*, vol. 30, n. 44, 2007.

brincam de “horror-show” e de “ultraviolência”, atacando e matando pessoas durante uma noite. É uma brincadeira, mas os “peões do jogo”, isto é, as pessoas, são mortas “de verdade”. A dimensão propriamente simbólica do jogo se perdeu. É gritante a semelhança com o crime dos adolescentes que atearam fogo a um índio em Brasília durante a noite, ou com a gangue carioca que atacou uma doméstica no ponto do ônibus voltando da balada. Recentemente houve, após a parada gay em São Paulo, um jovem que esfaqueou um turista francês. Ele disse que fazia parte de um grupo que se inspirava nesse filme para suas ações, alvejando homossexuais e estrangeiros.

Ainda no campo da violência, há uma incidência crescente de filhos que matam pais e vice-versa⁵. Esses crimes parecem dever-se mais a um esvaziamento semântico do que a conflitos edipianos. O signifi-
cante “mãe”, atualmente, tem-se ligado ao significado “mala sem alça”, gíria adolescente que significa pessoa sem utilidade, descartável. Citei neste texto o crime de Eugênia, que mata sua mãe perguntando-se “Que laços me prendem à mulher que me pôs no mundo?”. Há uma semelhança inequívoca com o crime de Susane Richthofen, para citar apenas o mais comentado pela mídia.

Um novo tipo de lazer tipicamente pós-moderno, o *reality show*, faz, do defeito, virtude. O sucesso desses programas se deve ao fato de não sabermos, ao certo, quanto de representação e quanto de realidade há ali. O *reality show* é um show, um espetáculo, mas ao mesmo tempo é “de verdade”. Em *Extreme Make Over*, seguimos o “antes e o depois” de pessoas que realmente se submetem a cirurgias plásticas. Outros programas reformam a casa do competidor, ou o guarda-roupa, ou mesmo sua atividade profissional. *Supernanny* leva uma babá a famílias que não conseguem educar os filhos, enquanto em outro programa há troca de mães, que fazem um “intercâmbio” de famílias durante algum tempo. Outros, ainda, mostram ao vivo, num show, o processo de seleção de desempregados que sairão de lá com um emprego de verdade (*O Aprendiz*). Quanto de realidade e quanto de representação há em cada um deles, não sabemos ao certo. No *Big Brother Brasil*, pessoas comuns *representam* pessoas comuns — representam a si próprios — lutando pela ascensão social pela via da celebridade instantânea, o que acontece “de verdade” com o vencedor⁶. Não é de espantar que tais programas façam sucesso.

Finalmente, há uma corrente artística chamada *body art* em que o suporte do artista é o corpo. Essa forma de arte parece fazer a crítica da fragilidade do símbolo. O artista inglês Marc Quinn fez uma escultura de seu busto usando cinco litros do seu próprio sangue, e denominou-a *Self*. Pintou quadros com as próprias fezes, e denominou-os *Shit painting*. Trata-se de representação, são obras que estão num museu, mas ao mesmo tempo são “de verdade”. É como se ele não acreditasse no poder de outro material para simbolizar a si mesmo, tendo que recorrer a uma

[5] Idem, “Crimes contemporâneos: uma interpretação”. *Percursos*, n. 38, 2007.

[6] Idem, “*Big Brother Brasil*, a glândula pós-moderna”. São Paulo, 2007 (mimeo). Será publicado no próximo número da revista *Psicologia USP*.

parte de seu corpo⁷. Esteve em cartaz, recentemente, em São Paulo, uma exposição intitulada *Corpo Humano, Real e Fascinante*. Eram cadáveres “de verdade”, porém submetidos a procedimentos estetizantes, isto é, transformados em arte.

[7] Idem, “Crimes contemporâneos: uma interpretação”, op. cit.

UMA CONCLUSÃO QUE SE ABRE

Concluimos a análise sobre a corrupção dos sistemas simbólicos com a menção a alguns fenômenos determinados pela fragilidade do símbolo, que caracteriza a pós-modernidade. Nossa análise vai ao encontro das idéias de Lyotard, quando ele define a pós-modernidade como uma *descrença* generalizada nas grandes narrativas que organizavam nossa sociedade — narrativas essas que constituíam a subjetividade moderna. As grandes narrativas eram produzidas e sustentadas por algumas instituições que caracterizavam a cultura moderna. Parece que, com a “morte de Deus”, não foi apenas a instituição religiosa que perdeu seu lastro de transcendência. Esse fato parece ter afetado outras instituições: se um juiz aceita suborno, é porque ele já não *acredita* na Justiça de forma quase-transcendente. O sistema todo se corrompe, levando a um descrédito crescente na instituição, num movimento dialético em que novos juízes aceitarão suborno, e assim por diante.

Para finalizar, lanço uma hipótese para futuras investigações. A forma psicopatológica típica de uma cultura que acredita demais nas suas instituições é a neurose: o laço simbólico que une significantes e significado é excessivamente rígido, o que restringe as possibilidades de ser a algumas poucas formas consensuais. A análise procura afrouxar um pouco esse laço e devolver alguma mobilidade ao psiquismo. Já a forma psicopatológica de uma cultura que não acredita em suas instituições é a não-neurose. O que a caracteriza é a fragilidade do laço simbólico, que tende a se desfazer à menor tensão, permitindo que a violência pulsional circule livremente produzindo um amplo espectro de sintomas.

O sofrimento decorrente da fratura do símbolo não se deve, como na neurose, a uma restrição das formas de ser. Ao contrário, quanto a isso há uma enorme variedade. Há famílias de todos os tipos, amores de todos os tipos; inventou-se, na arte, a instalação e a *body art*; há novas formas de trabalhar e produzir, novas áreas de atuação etc. Essa variedade será um ganho, vivido como liberdade, ou uma perda, vivida como anomia, dependendo do ponto de vista de quem a vive e julga.

O que o psicanalista observa, contudo, é que a fragilidade do símbolo produziu duas novas formas de sofrer. A que decorre de uma violência pulsional que não pode contar com a malha simbólica — própria ao sujeito psíquico ou social — para contê-la, dando-lhe algum

Recebido para publicação
em 6 de agosto de 2007.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

79, novembro 2007

pp. 139-149

sentido e assim diminuindo a necessidade de atuá-la no real de maneira crua, direta e impulsiva. E a que decorre da falta de sentido de ser. Esta produz um vazio existencial que tem sido diagnosticado como “depressão”. A *miséria simbólica* tem produzido, cada vez mais, formas de subjetividade que, em maior ou menor grau, estão incapacitadas para a vida.

MARION MINERBO é psicanalista, membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e doutora em medicina pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).